



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA**

**CONTACTOS CULTURAIS E GESTÃO DE MONUMENTOS
HISTÓRICOS NA PROVÍNCIA DE TETE
O CASO DO FORTE DOM LUIZ**

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural da Universidade Eduardo Mondlane.

Autor: Fernando João Júnior Chissale

Maputo, Março 2016



Contactos Culturais e Gestão de Monumentos Históricos na Província de Tete
O caso do Forte Dom Luiz

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural da Universidade Eduardo Mondlane por Fernando João Júnior Chissale.

Departamento de Arqueologia e Antropologia

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Universidade Eduardo Mondlane

Supervisora: Prof.^a Doutora Solange Laura Macamo

Maputo, 2016

O Júri

O Presidente

O Supervisor

O Oponente

Data

---/--/--/

INDICE

INDICE	- 3 -
DECLARAÇÃO	- 4 -
DEDICATÓRIA	- 5 -
AGRADECIMENTOS	- 6 -
SIGLAS	- 9 -
RESUMO	- 10 -
1. INTRODUÇÃO	- 12 -
1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	- 14 -
1.2 RELEVÂNCIA DO TEMA.....	- 15 -
1.3 OBJECTIVOS.....	- 17 -
1.4 METODOLOGIA	- 18 -
2. REVISÃO DA LITERATURA-O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DOS CONTACTOS CULTURAIS NA PROVÍNCIA DE TETE, NO VALE DO ZAMBEZE	- 19 -
2.1. A FASE PRÉ-COLONIAL.....	- 20 -
2.2 A FASE COLONIAL	- 22 -
2.3 FASE PÓS-COLONIAL.....	- 24 -
3. O MONUMENTO DOM LUIZ NA PROVÍNCIA DE TETE	- 25 -
3.1 CARACTERÍSTICAS FÍSICO-GEOGRÁFICAS E ETNO-LINGUÍSTICAS DA PROVÍNCIA DE TETE ..	- 26 -
3.2 DESCRIÇÃO DO MONUMENTO HISTÓRICO DOM LUIZ	- 28 -
3.4 EVOLUÇÃO DOS VALORES PATRIMONIAIS.....	- 32 -
4. MECANISMOS PROPOSTOS PARA A BOA GERÊNCIA	- 38 -
4.1 GESTÃO DO PATRIMÓNIO E SEUS DESAFIOS	- 38 -
4.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	- 39 -
4.3 SUSTENTABILIDADE.....	- 41 -
4.4 PROPOSTAS DE USO COMPATÍVEL	- 42 -
4.5. HOMENAGEM AOS HERÓIS NACIONAIS, NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PATRIÓTICA: MONUMENTO SAMORA MACHEL	- 44 -
CONCLUSÃO	- 47 -
BIBLIOGRAFIA.....	- 49 -

DECLARAÇÃO

“Declaro por minha honra que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e que ela resulta da minha investigação pessoal, estando indicadas ao longo do texto as fontes que utilizei para sua materialização”.

Maputo, Março 2016

Fernando João Júnior Chissale

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus Pais João Fernando Chissale e Élifá Chapassa Bengo, que me incentivaram a prosseguir com os estudos, por me dar um amor incondicional e incansável, pelo apoio moral e a melhor educação que ficará eternamente gravada.

AGRADECIMENTOS

“Aquele que triunfa não deve jamais esquecer alguém que o tenha ajudado, mantendo em mente que tem o dever de fazer o mesmo nas oportunidades que a vida lhe trará” (Provérbio popular).

Em primeiro lugar agradeço a DEUS por tudo que tem feito na minha vida, por cuidar de mim e por ter feito esse momento tornar-se realidade.

Em segundo lugar agradeço ao meu irmão Hélder Chissale, o homem que está por de trás deste sucesso, por muitas vezes ter ocupado o lugar de pai, na educação, no apoio material, e moral, *Zikomo Kwambili*.

Um especial agradecimento a minha supervisora Prof^a. Doutora Solange Macamo, uma professora por excelência, a melhor educadora que já conheci, porque não só ensina para a carreira profissional mas também sabe educar seus estudantes para a vida. Muito obrigado Professora, pelo apoio e incentivo na escolha do tema desta dissertação, pela paciência na orientação durante as várias fases da sua elaboração e pelas oportunidades que me concedeu para a aquisição de conhecimentos e experiência no que concerne à Arqueologia e Gestão do Património cultural, no Ministério da Cultura e Turismo, através da sua Direcção Nacional do Património Cultural que permitiu que fizesse parte da equipa técnica que implementou o programa de equipar com tecnologias de informação (touch screen) o Monumento e Centro de Interpretação Samora Machel, na cidade de Tete, assim como o Centro de Interpretação do Local Histórico de Matchedje, no distrito de Sanga, na província de Niassa, em 2015, no âmbito dos primeiros 100 dias de governação de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente de Moçambique, a convite da Directora Nacional do Património Cultural, Solange Macamo e sob coordenação do então Chefe do Departamento de Monumentos, Alexandre António.

Os meus agradecimentos estendem-se ao corpo docente do Departamento de Arqueologia e Antropologia que, de forma directa contribuíram para o sucesso da minha formação, através dos ensinamentos, em especial ao Prof. Doutor Leonardo Adamowicz, por saber ser um velho-jovem e um verdadeiro educador, e ouvinte ao mesmo tempo, muito obrigado. Ao Prof. Doutor Hilário

Madiquida, Dr. Décio Muianga, Dr. Albino Jopela, ao Dr. Mussa Raja, e ao Dr. Omar Madime, por gastarem uma parte do seu tempo para me apoiar em termos do material bibliográfico, e à Dra. Kátia Filipe a Directora do curso de Arqueologia e Gestão do Património Cultural, pela emissão da credencial para o trabalho de campo realizado em Tete. À todos os docentes do Departamento de Arqueologia e Antropologia que directa ou indirectamente contribuíram para a minha formação, o meu muito obrigado.

O meu obrigado é extensivo aos meus irmãos, Ivone Chissale, Emerência Chissale, Moze Chissale, Djah Chissale, Judite Chissale, Gift Chissale, pelos conselhos, apoio e atenção, *Zikomo Kwambili*. A Dra. Rosa Maenda, pela hospitalidade dos sonhos a minha chegada a Maputo.

À toda a turma de Arqueologia de 2012 pelos grandes momentos vividos durante a nossa formação, e, em especial: Momade Ali Casca, Domingos Hobjane, Lisete Joannis, Leonardo Chissano, Aristides Galelo, Ezequias Magul, João Lapa, Liçana Jeiamba, António Senzene, Lázaro Naiba, Makuluve, Catilda Siteo, Isidro Fenias, Sunária, Estevão Murema, Lurdes Ossitene, Hessa Selemane, Sérgio, Zomba, Mateus Oneste, e outros (*Tatenda, Kanimambo, Sibonguile*). Isso mostra claramente a força que nos uniu, pelos fins-de-semana e feriados estudando, discutindo ideias, produzindo e organizando as matérias e trabalhos. Foram dias árduos e momentos inesquecíveis vividos com muita intensidade.

Aos meus amigos, em especial, a dra. Mércia Massique, pelo carinho, paciência e compreensão, ao dr. José Tintas, Paulo Libório, Sulvai Higino, Lavimó da Verónica, Castro Manganhela, Paulo Borges, Luís Jó, Egas Sardinha, Zacarias Secane, Milagre Langa, Jeremias Aminosse, Saguete, Manucho Mesa, Edson Baronet, e a Dona Sajida Cassamo entre outros, pelos calorosos momentos vividos, e apoio durante este percurso académico. As palavras não são suficientes para descrever a minha gratidão, (*Tatenda, Kanimambo, Dzibonguile*).

À todos que, na Cidade de Tete me dedicaram a sua atenção, durante as várias fases da recolha de dados no campo, em especial ao Sr. Júlio Manuel Sinóia da Direcção Provincial d Cultura e Turismo de Tete, pelos esclarecimentos acerca do sistema de gestão do património cultural e os desafios enfrentados, e as pessoas do bairro Josina Machel que cooperaram nas entrevistas.

Para fechar, o meu muito Obrigado aos Heróis da Minha vida, Meu Pai, João Fernando Chissale e a minha Mãe, Élifá Chapassa Bengo. As, palavras não são suficientes para descrever o quão agradecido estou por tudo que já fizeram por mim, só sei dizer que serei eternamente grato por tudo que eu, sou até hoje. Nunca conseguirei pagar a dívida que tenho para convosco pois nenhum bem, neste mundo seria capaz de cobrir esta dívida. Estarão sempre no meu coração, onde quer que eu vá.

“Poderei trocar minhas folhas, mas nunca as minhas raízes”

Muito Obrigado!

SIGLAS

A.H.M- Arquivo Histórico de Moçambique.

C.M.C.T- Conselho Municipal da Cidade de Tete.

D.A.A- Departamento de Arqueologia e Antropologia.

D.P.C.T.T-Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Tete.

D.N.P.C- Direcção Nacional do Património Cultural.

I.F- Idade do ferro

I.P- Idade da Pedra

P.C- Património Cultural.

U.E. M- Universidade Eduardo Mondlane

U.N.E.S.C.O-Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

RESUMO

O Vale do Zambeze, no centro de Moçambique, foi um ponto de encontro de diferentes povos, desde os falantes de línguas Bantu que encontraram os caçadores-recolectores (entre Africanos), seguindo-se os Asiáticos, e Europeus. Este processo tem sido genericamente relatado, como sendo uma colonização, por exemplo em relação aos falantes de línguas Bantu para com os nativos caçadores-recolectores, e posteriormente dos Asiáticos e Europeus para com os falantes de línguas Bantu. A chegada destes povos é marcada por novas tecnologias e diferentes hábitos e costumes que, em muitas ocasiões sendo novas, as sociedades locais acabavam por adoptar. Essa adopção tecnológica e de hábitos e costumes trazidos pelos povos exógenos por parte das sociedades locais é o que faz muitas vezes chamar este processo de colonização cultural, esquecendo que em outras ocasiões as sociedades exógenas também adoptavam os hábitos e costumes locais.

Considero estes acontecimentos, não como uma colonização cultural, mas sim como um contacto cultural, visto que, quando se fala em contacto entre duas pessoas ou mesmo grupos diferentes, fica sempre num lado alguma coisa aprendida do outro, ou mesmo em ambos os lados, como resultado da experiência que estes indivíduos tiveram.

Os contactos culturais estabelecidos por diferentes povos nas diferentes épocas na Província de Tete fizeram deste ponto uma referência em termos do património cultural. A riqueza cultural desta província corresponde à uma situação que permite estudar os contactos culturais, desde o passado pré-colonial, colonial e pós-colonial.

Outros contactos culturais entre os Africanos são registados através de fontes escritas, mais tarde no século XX com o movimento M'fecane, realizado pelo povo Nguni, que nesta província tem como testemunhos as missangas usadas pelos chefes e a língua Ngoni falada a norte de Tete no distrito de Angónia.

As fortalezas coloniais, as casas rectangulares, a língua portuguesa, e a cerâmica importada são elementos culturais, que evidenciam contactos culturais com povos exógenos. Os resultados

destes contactos culturais, com os elementos locais são considerados, segundo a (Lei 10/88, de 22 de Dezembro), como parte da nossa história e do percurso cultural do povo moçambicano.

O período da Independência marca uma viragem nos contactos culturais, resultantes do processo da Luta de Libertação Nacional e do conseqüente resgate da Identidade Cultural e da formação da Nação Moçambicana.

Palavras-chave: Contactos Culturais, Património Cultural, Identidade Cultural, Conservação.

1. INTRODUÇÃO

As evidências arqueológicas, tais como a arte rupestre, a cerâmica, e as peças microlíticas, revelam-nos que os falantes de línguas Bantu, não são os habitantes originais da zona austral, e que a chegada destes nas regiões como o Vale do Zambeze foi de forma gradual (Pwiti 1993). Eles estabeleceram contactos culturais com os residentes locais, os caçadores e recolectores, o que poderá ter resultado na alteração lenta do estilo de vida destes, para os hábitos de agricultura e criação de gado trazidos pelos falantes de línguas Bantu. Este fenómeno significou os contactos culturais mais antigos conhecidos nesta parcela do país. Não se tratou de uma colonização cultural, tal como é descrito por alguns autores (Smith 2006:92). Estes contatos, resultaram na essência, no estabelecimento dos primeiros povoamentos Bantu, ou seja as comunidades de agricultores e pastores falantes de línguas Bantu (Macamo com. pessoal 2016).

No séc. XVII assiste-se a chegada de Asiáticos no Vale do Zambeze que também estabeleceram contactos culturais com os residentes locais falantes de línguas Bantu. Estes contactos podem ser testemunhados através da introdução da tigela, um objecto que se acredita ser antes desconhecido pelos habitantes falantes de língua Bantu do Vale do Zambeze (Pwiti citado por Macamo 2006). A olaria conhecida por “*cross hatching*” é uma demonstração dos contactos subsequentes que aparece juntamente com a colecção de loiça importada (Macamo com pessoal), a qual foi, por sua vez, trazida pelos asiáticos. Os contactos culturais no Vale do Zambeze deram lugar mais tarde, como consequência da convivência entre os povos Africanos e Europeus ao chamado sistema dos Prazos (Isaacman 1979, Newitt 1995, Pélissier 2000), um sistema de herança da terra por três gerações, feita por linha feminina, adoptado a partir da tradição matrilinear local (Newitt 1995; Pélissier 2000:81). Estes contactos culturais deram lugar também à formação das sociedades dos Muzungos e nas interações Afro Portuguesas relacionadas com os Prazos da Coroa no Vale do Zambeze (Newitt 1995; Macamo et al 2011).

Os contactos culturais continuaram até ao período de ocupação efectiva, uma época em que o poder teve de ser mantido por meio de mecanismos de defesa, tal como testemunham as fortalezas coloniais, como é o caso concreto do monumento na cidade de Tete, conhecido por

Forte Dom Luiz, em homenagem ao Rei de Portugal Dom Luiz I, durante a ocupação efectiva de Moçambique, na segunda metade do século XIX.

A Independência Nacional é um momento de viragem na história dos contactos culturais (António com. Pessoal), resultante da Luta de Libertação Nacional, como fenómeno cultural, (c.f. Siliya 1996). Nesse sentido, a Luta de Libertação Nacional foi justificada pela necessidade da recuperação da identidade cultural dos Moçambicanos. Na Cidade de Tete, foi erguido um monumento em homenagem ao Presidente Samora Moisés Machel, fundador do Estado Moçambicano.

Para contextualizar esta discussão, pretendo mostrar, como é que os contactos culturais se processaram ao longo da história e como é que os vestígios desta herança devem ser conservados e geridos, desde a pré-história, através da arqueologia, passando pelo período colonial até ao pós-colonial. Nesta tese, defendo que o património cultural é importante, independentemente do período que representa (resolução 12/2010, de 2 de Junho), razão pela qual há necessidade de se valorizar o património de forma equitativa, para que não haja um salto nos “degraus” da nossa história.

O primeiro capítulo desta tese constitui a presente introdução; o segundo, a revisão bibliográfica; o terceiro descreve o monumento histórico Dom Luiz, na cidade de Tete, no contexto geográfico e etnolinguístico da província do mesmo nome. Neste capítulo é caracterizado o monumento histórico em estudo, o seu estado de conservação, os valores culturais, o significado cultural, onde são também indicadas as partes interessadas na gestão destes bens, assim como os níveis de intervenção permitidos nos monumentos, com vista à sua conservação e fruição pública, através de usos compatíveis. No quarto capítulo apresento a proposta do modelo de gestão do património cultural, tendo como exemplo o caso do Forte Dom Luiz. A finalizar este mesmo capítulo aponto a necessidade da valorização dos Heróis Nacionais, no âmbito da educação patriótica dos moçambicanos, valores esses que estão presentes nos monumentos em homenagem aos Heróis Nacionais existentes em todo o país e, particularmente na cidade de Tete, a exemplo do Monumento e Centro de Interpretação Samora Machel.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O património arqueológico (pinturas rupestres, cerâmica, missangas, construções antigas) e o da luta de libertação (fortes, estátuas, igrejas,) são as fontes de informação por excelência acerca dos acontecimentos do passado pré-histórico e do histórico, respectivamente não registrados. Para além de importantes fontes acerca do passado, este património é crucial para o fortalecimento da identidade cultural e da memória colectiva de um povo, razão pela qual há necessidade de disseminação, protecção e gestão desse património.

Contudo, apesar desta importância e da existência de uma legislação que defende ou favorece a protecção, divulgação e usufruto do património cultural, no seu todo, pude notar durante algumas visitas efectuadas a alguns monumentos e instituições responsáveis pela conservação destes bens como, a direcção provincial de cultura e turismo de Tete (DPCTT), e o Conselho Municipal da Cidade de Tete (CMCT), que existe por parte destas autoridades uma tendência de seus planos de acção para a gestão do património estarem muitas vezes direccionados a um único tipo de património. Este facto, provavelmente, pode estar ligado às questões das partes interessadas, em que, muitas vezes, priorizam um tipo de património, devido ao seu valor social, como é o caso dos monumentos em homenagem aos Heróis Nacionais ligados á Luta de Libertação Nacional, (Ver Macamo 2006, para discussão). Por parte de alguns membros da comunidade local, pode-se notar também pelos comentários que há uma tendência de ignorarem um tipo de património em relação ao outro. Muitas vezes algumas pessoas deixam claro que consideram herança ou consideram como parte da sua identidade, por exemplo as estruturas construídas na pós-independência, em homenagem à figuras referidas da Luta de Libertação Nacional. Contudo, as estruturas que retrataram os “heróis da resistência” não são consideradas como sendo identitárias, por alguns membros da comunidade.

Tais orientações incentivaram-me na elaboração de objectivos para responder à seguinte pergunta de partida: *Até que ponto, patrimónios de períodos diferentes são valiosos para a compreensão da identidade cultural?*

1.2 RELEVÂNCIA DO TEMA

Segundo (Jopela 2006), a boa gestão inclui, a protecção, e a divulgação do património, para que possa contribuir para afirmação da identidade cultural de um povo, e como memória colectiva da comunidade.

Visto que este património, no geral, constitui importantes fontes de conhecimento ou autêntico arquivo do conhecimento sobre o passado como é o exemplo do património arqueológico, que através das suas evidências mostra-nos que os nossos antepassados não eram indivíduos estáticos como na versão Euro-centrista, pelo contrário, a arte rupestre evidencia que houve sempre interacções entre os povos africanos em si, como a dos San e dos falantes de línguas Bantu. A interacção entre estes dois grupos é demonstrada através da arte rupestre na província de Tete tal como refere Smith (2006:92) a expansão e a recente natureza das migrações dos falantes das línguas Bantu é bem demonstrada através da arte rupestre. Um facto já acordado entre os especialistas em estudos da arte rupestre na África austral visto que a arte dos Batwas/San conhecida por tradição vermelha apresenta-se por baixo sendo os donos e ou primeiros habitantes da região e os falantes das línguas Bantu por cima, mas actualmente os Bantu constituem a maior percentagem de habitantes da Africa Austral, o que mostra que houve esta interacção entre os povos Africanos desde há muito tempo.

Em adição aos factores acima mencionados estão as estruturas como: as fortalezas coloniais, que são em si, um sinal de que o descontentamento pela ocupação colonial não é um facto recente, sabemos que não se pode construir uma defesa sem ataque ou melhor, sem que seja para se defender de alguma coisa.

Os nossos antepassados através dos ataques efectuados a vários locais dominados pelo regime colonial, manifestavam a sua resistência contra este domínio, e foram estas revoltas nas palavras de alguns autores que precipitaram a construção destas linhas de defesa tal como afirma (Montez 1970: 78) “em 10 de janeiro de 1837, recebidas de Sofala notícias alarmantes dum ataque dos

“*Mathaos*” (Vátuas¹) o comandante convocou todos os moradores para [...] *urgentemente se construir uma defesa*”. Este factor mostra-nos mais uma vez que as revoltas das comunidades locais fizeram com que os colonos construíssem estas muralhas para se defenderem destes heróis da resistência, e sem por de lado a questão dos construtores, visto que, apesar dos planos de construção terem sido elaborados pelos colonos a mão-de-obra era local (*trabalho forçado*).

Apesar de não ter sido por vontade própria, estes monumentos possuem o sangue e o suor do povo Moçambicano, e actualmente temos o dever e direito de usufruir deste esforço e conservar para a memória colectiva de toda a sociedade, o que aliás é defendido pela própria lei sobre o património cultural (Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro) no seu terceiro parágrafo segundo o qual “*no património cultural está a memória do Povo, a sua protecção assegura a perenidade e a transmissão às gerações futuras não só do legado histórico, cultural e artístico dos nossos antepassados como também das conquistas, realizações e valores contemporâneos*”.

Tais factos são a finalidade deste estudo, os de contribuir através do significado cultural destes patrimónios, para fortalecer a identidade cultural e despertar o interesse pela preservação do património de forma equitativa independentemente dos seus períodos de surgimento e dos seus percursores (Resolução nº. 12/2010, de 2 de Junho). Isto é, sendo gestores do património cultural e conhecedores da relevância destes patrimónios para a comunidade Moçambicana, o objectivo é procurar a melhor forma da comunidade se sentir identificada ou nestes bens independentemente do seu período e dos seus construtores. De que forma?

- Os planos de acção para a gestão do património isto é, conservação, disseminação e protecção devem abranger de forma equitativa os vários tipos de patrimónios existentes.
- A custódia tradicional para a gestão e salvaguarda do património, de forma a integrar a comunidade local.
- A geração de renda, através do património cultural, isto é, criar espaços dentro dos monumentos para acolher eventos culturais, e obtenção por parte dos visitantes de objectos culturais ou tradicionais da região.

¹ Vátuas-Designação usada pelos portugueses para referir aos nativos que se rebelavam contra o domínio do regime colonial.

1.3 OBJECTIVOS

Geral

- Compreender o significado cultural do património no geral, arqueológico, colonial e o da luta de libertação, na Província de Tete.

Específicos:

- Descrever a importância do Vale do Zambeze para os Contactos Culturais.
- Apresentar uma contextualização, sobre a antiguidade dos contactos culturais.
- Apresentar as fases históricas dos contactos culturais na Província de Tete.
- Descrever o estado de conservação dos monumentos em estudo.
- Analisar a evolução dos valores patrimoniais dos monumentos.
- Propor medidas de uso compatível e de conservação sustentável deste património.
- Apresentar propostas de subsídios para um modelo de gestão do património cultural.

1.4 METODOLOGIA

A produção do presente trabalho só foi possível obedecendo algumas fases de planeamento que são:

- A primeira fase consistiu no levantamento bibliográfico, levado a cabo em diferentes instituições e ou fontes de informação como: Bibliotecas do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA-UEM), Nacional, Arquivo Histórico de Moçambique (AHM-UEM), e a internet, para a obtenção de revistas e artigos.
- A segunda fase correspondeu às entrevistas, que decorreram entre os dias 4 a 9 de Janeiro de 2016. Nesta etapa, o processo foi dividido em duas (2) categorias de entrevistados, consoante os alvos pretendidos que são: os responsáveis pela gestão do património cultural e a comunidade, em Tete). Por parte dos gestores, a finalidade era de obter informações acerca dos sistemas de gestão, planos de actividades para a promoção, e preservação do património cultural. Para a comunidade, as entrevistas eram feitas de modo a perceber como é que o património, no geral, é recebido e tratado pelas pessoas. Entretanto, é importante salientar que este processo foi restringido aos objectos de estudo do presente trabalho e á comunidades no seu redor.
- A terceira fase consistiu na interpretação, análise, sistematização e compilação dos dados colhidos durante a revisão bibliográfica e entrevistas, isto é, os resultados das duas primeiras fases. Por fim, fez-se a selecção e a redacção da informação considerada crucial para o trabalho.

2. REVISÃO DA LITERATURA-O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DOS CONTACTOS CULTURAIS NA PROVÍNCIA DE TETE, NO VALE DO ZAMBEZE

Este capítulo diz respeito à revisão bibliográfica de uma temática considerada crucial para o estabelecimento e desenvolvimento dos contactos culturais na província de Tete, no contexto do Vale do Zambeze, são apresentados argumentos de autores diferentes com o objectivo de mostrar a importância deste vale, que serviu de caminho para o desenvolvimento dos contactos culturais, nas fases pré-histórica, colonial e pós colonial. O objectivo é o de mostrar o contexto arqueológico e histórico do património cultural da província de Tete, no Vale do Zambeze, de forma a contribuir para o aprofundamento da identidade cultural dos moçambicanos, conforme apresentado no capítulo 1.

São muitos os comentários acerca do papel desempenhado pelo Vale do Zambeze nos contactos culturais, desde historiadores e arqueólogos, Como refere Newitt (1995:59), o rio Zambeze por causa da sua fácil navegabilidade serviu desde há muito tempo como via de escoamento de diferentes produtos, desde o interior para a costa do Índico e vice-versa, ou nas palavras de (Monclaro 1964), Santos Júnior (1999 Apud Macamo 2006:161) quando dizem que, para além da fertilidade para as práticas agrícolas, o Vale do Zambeze foi uma via importante para as minas de ouro localizadas no planalto do Zimbabwe. Deste modo, o Vale do Zambeze, transformou-se num ponto de encontro de diferentes povos, desde os locais, mercadores asiáticos e portugueses. Estes últimos, através do capital mercantil português (Da Costa 1980).

Entretanto, pode-se notar, através das palavras desses autores que o Vale do Zambeze não só era importante para o comércio, mas também para outras actividades como a agricultura. Mas, para (Macamo 2014), a importância deste lugar vai mais além das facilidades para o comércio, porque segundo a autora o Vale do Zambeze pode ter contribuído para a emergência da urbanização e dos estados, no âmbito do desenvolvimento das comunidades de agricultores e pastores falantes de línguas Bantu. Isto foi devido à fertilidade dos solos para a prática agrícola às facilidades de navegação que o Rio Zambeze oferece.

Designando este vale, de um lugar privilegiado (Macamo 2006: 161), que é concebido em relação à utilização dos recursos, à extensão da área e sua ocupação, isto é, a disponibilidade de recursos e à habilidade de manuseio dos mesmos, por parte das elites comunitárias.

Os contactos culturais, que são o factor de destaque neste projecto, tiveram como resultados ou podem ser testemunhados nas estações localizadas no Vale do Zambeze por vários objectos de diferentes proveniências da África ou mesmo do interior, que são, missangas e porcelana na sua maioria (Macamo 2006).

2.1. A FASE PRÉ-COLONIAL

É uma fase sem datas exactas, mas as evidências remontam desde a Idade da pedra (IP) com relatos de estações como Marissa, descoberta por Santos Júnior (Santos Jr.1937, 1950), até a Idade do Ferro (IF), testemunhada por vestígios da ocupação humana como as pinturas rupestres de Chicolone em Macanga, Samo e Zangaia no distrito de Chiúta, sendo algumas descobertas e estudadas por Santos Júnior (trabs. De Arqueologia e Antropologia N. 5, 1988) e recentemente estudadas por Décio Muianga (Muianga 2013), assim como a plataforma do Songo, e o prazo de Degue-Mufa (Macamo & Duarte 1996; Macamo & Madiquida, 2004, Macamo 2006).

Como já referido, o fenómeno dos contactos culturais em Moçambique, em particular na Província de Tete estabeleceu-se desde há muitos anos atrás (Newitt 1995), que são testemunhadas através das fontes arqueológicas, neste caso específico da arte rupestre, utensílios de olaria e líticos (Muianga 2013, Phillipson 1977). Estas interacções foram estabelecidas primeiro entre povos Africanos (Os San e os falantes das línguas Bantu) e posteriormente entre os povos Africanos e estrangeiros na sua maioria Asiáticos e Europeus (Smith 2006:92; Macamo 2006; Pwiti 1993).

Baseando-se nos pensamentos de alguns arqueólogos, as interacções entre os povos africanos são testemunhadas nas estações, na sua maioria pela arte rupestre e pela presença simultânea da

cerâmica e de peças microlíticas (Muianga 2013). Mas, estas interações são, vistas por eles como sendo uma migração e as vezes considerada uma colonização cultural, tal como refere (Smith 2006:92), a expansão e a recente natureza das migrações dos falantes das línguas Bantus é bem demonstrada através da arte rupestre. Um dos exemplos concretos deste acontecimento é o abrigo rochoso de Chifumbaze a noroeste da Província de Tete, descoberto por Carl Wiese² em 1907, que é datado do 1º milénio AD³. Este apresenta uma cerâmica da tradição Kwale derivada da cerâmica Urewe que se expandiu a partir da região dos Grandes Lagos para o Sul da África, e peças microlíticas da indústria Nachikufan (Phillipson 2002; Muianga 2013; Huffman 1989a; Sinclair et al 1993; Mitchel 2002).

No que tange a arte rupestre, muitos pesquisadores desta área mostram uma certa harmonia, afirmando que a região do norte do Zambeze terá sido ocupada por diferentes grupos de caçadores-recolectores que são conhecidos na arena científica como os Batwas, tidos como os fazedores da arte rupestre conhecida por Tradição Geométrica Vermelha, e também como fazedores dos micrólitos da indústria Nachikufan (Muianga 2013:10).

Por sua vez, esta arte pode ser distinguida segundo Smith (1997, 2006) de duas formas que são: a tradição animal vermelha (associada com a masculinidade) e a tradição geométrica vermelha (associada com a feminilidade) que é datada da Idade do Ferro Inferior. Entretanto, como já havia referenciado acima, os contactos culturais estabelecidos entre os grupos falantes de línguas Bantu ou primeiras comunidades de agricultores e pastores e os caçadores-recolectores, para além de serem testemunhados por vestígios como a cerâmica e micrólitos, são também evidenciados pela arte rupestre de cor branca (The White Spread-Eagled), que é associada no seio dos pesquisadores, aos falantes das línguas Bantu. Estas pinturas geralmente aparecem feitas por cima das pinturas dos Caçadores-recolectores ou por cima das pinturas da tradição vermelha, o que mostra mais uma vez esta partilha de espaço entre estes dois grupos (Phillipson 1977; Lindgren & Schofferleers 1978; Smith 1995; Muianga 2013; Zubieta 2006; Adamowicz 1986).

Portanto, como sabemos num contacto entre duas partes diferentes existe ou fica sempre um impacto de um lado ou mesmo em ambos os lados, por isso a presente temática não foge da

² Carl Wiese- Antropólogo Alemão

³ AD- Ano Domini.

regra, visto que, a interacção entre os caçadores-recolectores e as comunidades agrícolas resultou em mudanças profundas como, a alteração da forma de subsistência dos caçadores-recolectores, em que geralmente a sua economia é baseada na caça de animais e na colecta de outro tipo de alimentos fornecidos pela natureza (Pwitti 1996; Mitchel 2002; Macamo 2006; Muianga 2013). Mas, com a chegada das comunidades de agricultores e pastores, o nomadismo foi gradualmente substituído por assentamentos sedentários, introdução da actividade de fundição do ferro, a criação do gado e da agricultura (Pwitti 1996; Mitchel 2002; Macamo 2006; Muianga 2013). Entretanto, podemos afirmar que o impacto verificado entre estes dois lados, favoreceu as comunidades falantes de línguas Bantu, na medida em que os nativos, isto é, os Batwas (caçadores recolectores) foram obrigados a se adaptarem ou a adoptarem a nova forma de subsistência trazida pelos falantes das línguas Bantu (Macamo com. pessoal).

2.2 A FASE COLONIAL

Este período é testemunhado no Vale do Zambeze e particularmente, em Tete, por construções exógenas típicas da arquitectura portuguesa, como casas rectangulares, fortalezas, e utensílios de cerâmica: desde a Chinesa, Inglesa, Holandesa e por missangas do período Nguni (Garlake 1969; Ramos & Rodrigues 1978; Macamo 2006). Porém, os contactos culturais com a China foram estabelecidos em períodos anteriores, conforme evidenciado na estação de Degue-Mufa, sobre a presença da porcelana da dinastia Yuan (Macamo 2006: 178). A estação de Degue-Mufa faz parte da rede de estações investigadas no Vale do Zambeze, caracterizadas por uma frequência relativa de olaria decorada por motivos de linhas cruzadas, onde fazem parte as estações do Songo, Boroma, Nhauterezi, Baranda, Dambarare, e Kadzi, as quatro últimas localizadas no Zimbabwe (Macamo 2006; Garlake 1969).

O facto acima referido mostra- nos que, para além dos contactos estabelecidos por estas comunidades com os comerciantes de outros continentes, houve sempre contactos culturais entre os povos nativos da região, (Macamo 2006:182).

Adicionado a este factor, estão os colares de missangas e a olaria local que são objectos de actividades comerciais e de interacções culturais, que são encontrados até ao período dos Prazos⁴ (Macamo 2006:182). Outras evidências são os restos de casas de Dhaka⁵, barro usado para pavimentar as habitações, assim como as casas com o estilo arquitectónico português que é caracterizado pelas construções rectangulares encontradas em Degue-Mufa, que também foram encontradas em Dambarare, outra das estações do Vale do Zambeze (Garlake 1969, Macamo 2006).

No Vale do Zambeze desenvolvem-se no séc. XVI, como consequência dos contactos culturais, as sociedades dos Muzungos e Afro-Portuguesas (Pélissier 2000; Newitt 1995; Theal 1964). Segundo (Newitt 1995:122), os Muzungos eram uma mistura de povos asiáticos, e europeus que, na sua convivência com os povos locais, acabaram por adoptar práticas culturais e tecnologias genuinamente africanas, contraindo matrimónios mais ou menos formais com mulheres africanas e que estabeleciam relações de parentesco com as linhagens de chefes africanos, adoptando um estilo de vida africano. Este fenómeno deu lugar aos Prazos da Coroa (Pélissier 2000; Isaacman 1979, Newitt 1995), onde se fazem sentir as práticas culturais africanas, adoptadas pelas sociedades dos *Muzungos*, onde os asiáticos e europeus por estarem numa sociedade matrilinear africana em que a mulher tem o poder de controlo e o domínio das terras “*as Donas*” acabaram por adoptar a matrilinearidade. Foi por este motivo que os Prazos eram em sua maioria, um sistema de herança da terra por três gerações, feita por linha feminina, isto é, da Avó, para a Filha mais velha, e Neta mais velha (Pélissier 2000:81; Isaacman 1979, Newitt 1995).

Regista-se também no século XIX, um contacto cultural entre povos vindo do Sul para o Norte, que, por sua vez, tiveram diversos resultados na Província de Tete como, os colares tardios da estação de Degue-Mufa, a língua Ngoni e o grupo étnico Angoni localizado mais a norte de Tete no distrito de Angónia (Newitt 1995, Macamo 2006).

⁴ Prazos- sistema de herança da terra por três gerações, feito por linha feminina, desenvolvido à partir das sociedades Muzungos e Afro-portuguesas [que adoptaram das sociedades do Vale do Zambeze](#) (Pélissier 2000, Newitt 1995).

⁵ Dhaka- técnica local de construir habitações nos povos falantes de Línguas, usando geralmente como matéria-prima o barro (argila) e paus.

2.3 FASE PÓS-COLONIAL

Esta é uma fase caracterizada pela integração do património ou convivência com o património, que tem como o marco, a data da independência Nacional, em 1975. O ponto mais alto desta fase deu-se em 1988 com a aprovação da lei que protege o património cultural no geral, isto é, os bens materiais e imateriais do povo moçambicano, a Lei 10/88, de 22 de Dezembro (Ministério da Cultura 2012).

Esta lei é importante porque, para além de proteger o património cultural criado pelo povo Moçambicano, esta integra também como parte do património cultural, as estruturas construídas pelos povos exógenos presentes no território Moçambicano, tal como é definido o património cultural, ao abrigo da Lei (10/88 de 22 de Dezembro) no seu artigo três (3) no capítulo 2, que: “*é um conjunto de bens materiais e imateriais criados ou integrados pelo Povo moçambicano ao longo da história, com relevância para a definição da identidade cultural moçambicana*”.

A importância destes monumentos é imensa e a sua conservação urgente, como afirma a legislação do património cultural no seu quinto parágrafo da introdução que: “*a deterioração, desaparecimento ou destruição de qualquer parcela do património cultural constitui uma perda irreparável, competindo aos diversos organismos públicos e privados e aos cidadãos em geral, a responsabilidade de impedir este processo de empobrecimento do nosso País importa, assim, assegurar aos bens do património cultural a necessária protecção*” (Lei 10/88 de 22 de dezembro).

Nesta terceira fase dos contactos culturais, a maior insistência tem sido na maneira de gerir os patrimónios. Possuindo uma diversidade de património desde, o criado e o integrado, procurando formas de gerir estes bens de forma a proporcionar a sua longevidade e o bom usufruto dos mesmos, pelos cidadãos. Uma das melhores maneiras tem sido a custódia tradicional⁶ (Jopela 2006).

⁶ Custódia tradicional—*é regida por regras consuetudinárias ou leis que são aplicadas pelos guardiões da tradição*. Estes indivíduos são os principais responsáveis pela organização do Uso e salvaguarda dos recursos. Tal inclui a criação, uso e reprodução de mecanismos sociais, tais como ritos e tabus, para manter o respeito pelos lugares que são culturalmente importantes ou considerados sagrados pela comunidade (Jopela apud Mantjoro 1996).

3. O MONUMENTO DOM LUIZ NA PROVÍNCIA DE TETE

Neste capítulo são apresentadas as características físico-geográficas e etnolinguísticas da província de Tete e dos monumentos históricos em estudo, através da análise do seu estado de conservação, valores culturais e significado cultural. A caracterização do monumento histórico de Dom Luiz visa a percepção dos contactos culturais definidos no capítulo 2.



Fig. 1. Mapa de Moçambique mostrando a localização dos monumentos em estudo na Cidade de Tete (Província de Tete). Escala 1: 12 000 000, Imagem: cortesia de Leonardo Adamowicz 2016.

3.1 CARACTERÍSTICAS FÍSICO-GEOGRÁFICAS E ETNO-LINGUÍSTICAS DA PROVÍNCIA DE TETE

No centro de Moçambique, encontra-se a Província de Tete, que pode ser sintetizada em três palavras fundamentais: Hospitalidade, Tranquilidade e Beleza Natural, ademais de se encontrar, nesta Província, um povo que por suas veias corre o sangue da Moçambicanidade com uma larga história de luta libertadora (Portal Gov. de Tete).

3.1.1. CONTEXTO GEOGRÁFICO

A Província de Tete tem como sua Capital a Cidade de Tete. Situa-se no extremo noroeste de Moçambique, e faz fronteira com 3 (três) Países numa extensão total de 1480Kms, nomeadamente com a República do Malawi 610 Kms, com a República da Zâmbia 420 Kms e com a República do Zimbabwe 450Kms, Zâmbia e Malawi a norte, Malawi a este, Zâmbia e Zimbabwe a oeste e a sul com o Zimbabwe e três províncias Moçambicanas, Zambézia a este, Manica e Sofala a sul e entre as coordenadas de 14°00'S e 17°42'01"S e 30°13'E e 35°20'07"E.

Clima

Em termos climáticos, a Província de Tete é caracterizada por três (3) tipos de climas:

1. **O Clima Tropical Seco**, que ocupa uma pequena faixa à esquerda do rio Zambeze e toda a região à direita, excepto uma pequena faixa no distrito de Mutarara que possui o clima tropical húmido, com temperaturas máximas médias anuais na ordem dos 32°C e a precipitação máxima de 180 mm.
2. **O Clima Tropical Húmido**, um clima que pode ser encontrado numa faixa alongada no sentido este-oeste no interior da região norte de Tete.

3. **O Clima Modificado pela Altitude**, que vai desde o rio Aruângua (Zumbo) ao distrito de Tsangano, causado pelos planaltos da Marávia-Angónia, com temperaturas máximas médias anuais na ordem dos 26°C e com uma precipitação máxima média de aproximadamente 360 mm.

A temperatura média mensal nos meses mais quentes, Outubro, Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro) é de cerca de 28 a 29°C e nos meses mais frios, (Junho e Julho) é de 22°C.

3.1.2 CONTEXTO ETNOLINGUÍSTICO.

Na província de Tete encontram-se vários grupos étnicos que são: Angoni, Nyúngue, Shona, Zezuro, Marave, Nyanja, Chewa, Nsenga e Tawala.

Grupos Angoni - Encontram-se no distrito da Angónia.

Grupos Shona e Zezuros – Encontram-se em Chicôa-Mágoè e no Zumbo, na margem direita do rio Zambeze.

Nyúngues – São grupos do baixo Zambeze, que habitam as duas margens do rio Zambeze, e, em volta da cidade de Tete.

Grupos Marave e Nyánjas- Encontram-se em Mutarara, espalhados quase em todos os distritos da Província, um pouco por todo o lado, por causa de migração das populações, em tempos de guerra, ou calamidades naturais.

Chewas- Habitam a Angónia, Macanga e parte oriental da Marávia.

Sengas- Localizam-se na Marávia e no Zumbo.

3.2 DESCRIÇÃO DO MONUMENTO DOM LUIZ

3.2.1 MONUMENTO DE DOM LUIZ

3.2.1.1. Características

O monumento de Dom Luiz, ou forte de Dom Luiz localiza-se no centro de Moçambique, na cidade de Tete Província do mesmo nome.

É um monumento, com base nas categorias definidas pela Lei 10/88 de 22 de Dezembro, Caracterizando-se como, uma fortificação quadrangular construída basicamente de pedra e barro, com um paiol no meio, dois baluartes trapezoidais na face sul e dois circulares na face norte, com uma porta (Montez 1970). Trata-se de uma obra militar muito singela e inspirada directamente da arquitectura militar portuguesa do século XVII (Montez 1970)

3.2.1.2 Conservação

O forte de Dom Luiz encontra-se actualmente num mau, estado de conservação.

Segundo (Jopela 2012), a deterioração dos bens do Património é um processo natural irreversível, que pode ser graças a alguns esforços retardado ou minimizado, mas que não se pode evitar.

Por causa da sua antiguidade, a maioria dos monumentos do património cultural é sensível, porque o material usado na sua construção vai enfraquecendo na medida em que o tempo passa. Sendo assim, todo o cuidado é pouco, e tal como refere (Wal-derhaug Saetersdal 2000), o facto de alguns bens do património cultural terem sobrevivido por centenas de anos (como é o caso dos amuralhados e pinturas rupestres), não pode nos levar ao erro de pensarmos que os mesmos irão sobreviver para sempre.

Os principais factores que afectam a conservação deste monumento são maioritariamente.

- **Factores naturais e factores humanos:**

Factores Naturais: são eles, a chuva o vento e a vegetação que cresce dentro e nas paredes que vão degradando de forma lenta as paredes do forte tal como irei ilustrar nas imagens a seguir.



Figura 1. Ilustração da degradação de uma das torres cónicas do forte de Dom Luiz, Tete. Foto de: Fernando Chissale.



Figura 2. Degradação da parede do forte Dom Luiz, por factores naturais, vegetação e chuva. Foto de: Fernando Chissale.

Factores humanos: tal como já referenciado, os factores humanos são os que muito tem contribuído para a degradação deste monumento. Como forma de vandalismo, a população local, usa esse monumento como sanitários, caminho, as paredes para a pichação e a retirada do material deste forte para construção de novas moradias.



Figura 3. *Ilustração de um dos baluartes trapezoidais do forte de Dom Luiz em bom estado, 1960. Fonte: Apontamentos para o Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses, in: Revista Monumenta. Nr 7*



Figura 4. *Ilustração do estado actual do Baluarte trapezoidal do forte de Dom Luiz. Foto: Fernando Chissale.*



Figura 5. *Retirada de pedras numa das fachadas do forte Dom Luiz para a construção de novas moradias. Foto: Fernando Chissale.*



Figura 6. *Grafito numa das fachadas do forte Dom Luiz. Foto: Fernando Chissale.*



Figura 7. *Uso do forte para sanitários. Foto: Fernando Chissale*



Figura 8. Um caminho aberto por dentro do forte Dom Luiz. Foto: Fernando Chissale.

Devido ao seu actual estado de conservação, os processos de intervenção requeridos para este monumento são: Preservação, Manutenção, Conservação, Reparação.

3.2.1.3. Significado cultural

O nome Dom Luiz é em homenagem ao Rei de Portugal durante o séc. XIX, Dom Luiz Filipe Primeiro. Esta estrutura é importante sob ponto de vista histórico-cultural e arquitectónico, visto que, constitui um testemunho material da convivência ou dos contactos culturais no nosso espaço territorial de diferentes culturas e civilizações. Ela apresenta uma arquitectura militar do século XVII, que já não é comum nos nossos dias. Por isso definida como monumento relíquia, tornando importante para o turismo, por ser único do género, no nosso país.

3.4 EVOLUÇÃO DOS VALORES PATRIMONIAIS

A evolução dos valores patrimoniais é um fenómeno que ocorre, com a implementação de novas políticas que favoreçam a boa gestão e salvaguarda do património. Por outras palavras quer dizer que, na medida em que se implementam mecanismos que de alguma forma no seu funcionamento exaltam a importância patrimonial para a sociedade, a forma de tratamento do

património ganha uma alteração num sentido positivo. Imaginemos num território por exemplo, sem legislação que proteja o património cultural ou que a legislação não tenha o efeito esperado, as pessoas poderão fazer e desfazer-se do património não dando a mínima atenção naquilo que a perda deste património possa representar provavelmente para aquele povo (*exemplo recente do Iraque e da Síria: a destruição do património arqueológico, pelo Estado Islâmico*). Mas, ao mesmo tempo, se for implementada uma legislação que possa regular tais situações, o fenómeno que se vai notar é completamente diferente, visto que a legislação, por exemplo, determina o que se pode ou não fazer num determinado bem do património cultural, além de mencionar a sua importância. Logo, a partir daquele momento vai-se verificar com o passar do tempo de forma gradual, pelo menos nas pessoas que tem acesso à legislação um cuidado com o património, o vandalismo que poderá ocorrer nos monumentos é reduzido em relação as regiões sem essa regulamentação.

A título de exemplo, este fenómeno pode-se notar desde o período da Revolução francesa no século XVIII, que é uma época em que se começa a considerar o património como um elemento importante para uma sociedade, onde o governo elaborou uma legislação que favorecia a protecção dos imóveis como elementos importantes para a construção da identidade cultural do povo (Choay 2006). Antes deste acto, havia uma série de destruições, e maus tratos para com o património, mas a partir deste momento o património foi aos poucos se tornando importante e a sua conservação necessária para muitos estados.

De salientar que, durante este período a noção de património era restrita simplesmente aos bens materiais. Ora com o passar do tempo, nota-se que o património cultural vai mais além da materialidade ou vai além dos objectos tangíveis, daí que em 2003 a UNESCO, adopta a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, que tinha como finalidades não “só salvaguardar, mas também exaltar o respeito ao património cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos, buscando a cooperação e a assistência internacional para a conscientização no plano local, nacional e internacional da importância do património cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco” (Unesco 2003: artigo 1).

A partir deste momento verifica-se uma evolução no conceito do património, começando a abranger, para além da materialidade, a componente imaterial/intangível, por ser considerada como factor crucial para construção de uma sociedade (Unesco 2003: artigo 1).

De acordo com esta convenção constitui património cultural imaterial *“as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefactos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu património cultural. Este património cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”* (UNESCO 2003: artigo 2).

Neste sentido segundo a mesma fonte (UNESCO 2003: artigo 2), o património cultural imaterial manifesta-se em particular nos seguintes campos:

- a) Tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do património cultural Imaterial;
- b) Expressões artísticas;
- c) Práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) Conhecimentos e práticas relacionadas à natureza e ao universo;
- e) Técnicas artesanais tradicionais.

Entretanto, a salvaguarda que é o conceito chave desta Convenção é aqui definida como: medidas que visam garantir a viabilidade do património cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste património em seus diversos aspectos (UNESCO 2003: artigo 2).

Em Moçambique os primeiros indicativos acerca da preocupação com a protecção do património cultural, remontam desde os períodos do regime colonial (Diploma Legislativo n°825, 1943).

Uma das mais salientes preocupações foi a elaboração da legislação acerca do património arqueológico (Diploma Legislativo n.º825, 1943). Como referido anteriormente a adopção do Diploma Legislativo n.º825 de 20 de Fevereiro, em 1943, pelo então governo da colónia de Moçambique marca uma das primeiras preocupações pela protecção do património cultural. O interesse pela protecção do património arqueológico e histórico da colónia deveu-se pelo facto de se ter registado, perdas e as vezes exportação de importantes bens patrimoniais (Diploma Legislativo n.º825, 1943).

De entre as primeiras publicações sobre bens culturais imóveis em Moçambique, figura o *Boletim Oficial* e a *Revista Monumenta* da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas criados em 1943. Estes documentos constituem uma fonte de referência sobre o período colonial, no que concerne ao património cultural e arqueológico, em particular.

No entanto, a criação da Comissão de Monumentos tinha como objectivos gerais “conservação, promoção e valorização do património, como testemunho de veneração pelo esforço colonizador das gerações passadas, quer como meio da cultura arqueológica e histórica quer como motivo de interesse turístico” (DAA 1980:1).

A Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas tinha as funções de: investigar, classificar, restaurar e conservar os monumentos e relíquias da colónia, divulgar o seu conhecimento arqueológico e histórico e promover a sua propaganda cultural e turística (DAA 1980:1; Diploma Legislativo n.º825, 1943, pp. 64-5).

Após esta fase, segue-se a fase pós-colonial, que com o novo estado verifica-se uma série de mudanças dentre elas ocorreram na área do património cultural. O marco desta nova época é a elaboração de uma nova legislação, a Lei n.º10/88 de 22 de Dezembro de 1988, em revogação do Diploma Legislativo n.º 825 de 20 de Fevereiro de 1943, esta lei define o património cultural moçambicano na sua diversidade, desde os bens tangíveis e intangíveis. Com este primeiro passo, que é a lei n.º10/88 com o objectivo da protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano, além de promover o desenvolvimento da cultura e personalidades nacionais (lei 10/88 de 22 de dezembro).

Outros esforços notáveis se seguiram com o intuito de ostentar a diversidade cultural moçambicana e ao mesmo tempo fazer a gestão, que inclui a protecção e disseminação do património como gesto de respeito para com o passado e a identidade cultural Moçambicana. Dentre estes esforços notáveis figuram o Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios compilado em 2003 e as Normas para Conservação e Critérios de Classificação de Monumentos, Conjuntos e Sítios (Macamo 2003b), assim como o manual de conservação do património cultural imóvel de Moçambique, com a participação de Arqueólogos e vários especialistas do património cultural em Moçambique, e muitas outras acções dedicadas a patrimónios específicos (Ministério da Cultura 2014).

Com este subcapítulo pretendo mostrar a importância que as medidas tomadas para gestão do património, no geral, desempenham. Os bens/bem patrimonial independentemente do seu período carregam valores que são incomparáveis e de igual forma importantes para a sociedade, e é papel dos responsáveis pela gestão do património cultural, mostrar isso para a sociedade através de várias formas de envolvimento entre o património e a sociedade circundante.

O importante papel desempenhado pelas sociedades locais tem sido muitas vezes invocado quando se trata da preservação do património cultural, como nas palavras de (Chirikure *et al* 2010), que considera que actualmente a participação da comunidade é tida como uma forma eficaz de fazer apelo à gestão do património, reduzindo, deste modo, os conflitos e atritos entre guardiões tradicionais e os especialistas pela gestão cultural. Por outro lado, está a Lei n°10/88, que não fugindo desta linha de pensamento, defende também que a comunidade exerce um papel fundamental na preservação do património, assim sendo, constitui uma das importantes responsabilidades do Estado:

“Promover através dos órgãos locais a protecção, conservação, valorização e revitalização de bens classificados situados no seu âmbito territorial integrando as referidas medidas nos seus planos de actividades” (Lei n°10/88, 1988: artigo 4).

O envolvimento da comunidade nos processos de preservação do património cultural pode ser efectuado de diferentes formas, seguindo o pensamento de (Netto 2008), esta participação pode ocorrer da seguinte forma:

- Participação da comunidade organizada em conselhos de cultura e em organismos que decidem os objectos materiais ou imateriais a serem preservados;
- A outra forma tem a ver com a utilização de mecanismos legais, tais como a acção popular para inibir algumas atitudes políticas que possam pôr em risco os valores de importância cultural definidos pela comunidade (Netto 2008:12-3).
- Por um outro lado, uma das melhores formas de envolvimento da população subponto de vista de alguns especialistas, é tornar o património sustentável e ou como fonte de emprego, tal como nas palavras de (Macamo & Ekblom 2004), deve haver iniciativas com vista a criação de centros de interpretação museológica capazes de gerar emprego localmente, contribuindo dessa forma, para a redução da pobreza das populações que vivem ao redor do património.

4. MECANISMOS PROPOSTOS PARA A BOA GERÊNCIA

Com base na caracterização e análise da evolução dos valores patrimoniais efectuados atrás (capítulo 3), neste capítulo pretendo apresentar uma proposta de um modelo de gestão de bens culturais, a exemplo do monumento.

No âmbito da valorização dos Heróis Nacionais vários monumentos foram erguidos no país, como é exemplo o Monumento e Centro de Interpretação Samora Machel.

4.1 GESTÃO DO PATRIMÓNIO E SEUS DESAFIOS

Como previamente referenciei durante quase a maior parte deste trabalho, constitui uma das grandes preocupações mostrar a pertinência ou importância do património cultural, isto é, procurar a melhor forma da comunidade se sentir identificada neste património ou parte destes bens independentemente do seu período e dos autores da sua construção. Visto que pode-se notar através de algumas declarações a tendência no seio da comunidade de excluir um património em relação ao outro, tal como nas palavras de:

Chicaipa Jr. De 20 anos (aluno) “ É pá, por mim aquilo aí, tinham que procurar maneira de destruir, porque só ficam marginais aí. Por exemplo, há estudantes da escola secundária, que em vez de irem a escola muitas vezes param aí, tiram seus fardamentos e começam a fumar [...] acho que não há necessidade de preservar aquilo, por mim o governo devia procurar uma maneira de vender e fazer uma boa cena que possa ajudar as pessoas como: um centro comercial ou um sítio para diversão das crianças por aí. Porque, olha é diferente de uma cena que constroem para Samora ou Mondlane, aquelas são pessoas que lutaram pelo País, mas aquilo não, foi construído pelos portugueses, acho que se estivesse em Portugal é que seria importante mas não aqui”.

Pude identificar durante as entrevistas, uma das formas mais salientes de manifestar este descontentamento com o património por parte da população local, no caso específico do monumento (Dom Luiz), para além de usar este local como sanitário, que é um factor que muito está a contribuir para degradar de forma lenta este local, a forma mais rápida por eles usada é a

retirada do material usado para a construção deste amuralhado, as pedras, que são usadas para a fundação de novas moradias, entre outras.

Os bens materiais são os que mais sofrem desta exclusão, em relação aos imateriais como é o exemplo da língua portuguesa. Lembremos que a língua portuguesa também pelo seu estatuto é um património integrado, visto que é resultante do contacto entre o povo Moçambicano e Português, e é recebida na maior normalidade pela população como sendo um instrumento de maior importância para o seu quotidiano. A ideia aqui, é fazer com que haja essa recepção também por parte dos monumentos da categoria material ou que as pessoas se identifiquem com este património tal como fazem com o imaterial, a língua. Uma questão a ser abordada no tema a seguir como proposta o problema em causa.

4.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A educação patrimonial é umas das componentes muito importantes nesta fase. Tratando-se de um processo que envolve a comunidade, que na sua maioria não tem a noção da dimensão significativa dos bens patrimoniais, nada melhor que ter como recurso a mais conhecida até então forma de se transmitir o conhecimento de um indivíduo para outro, que é a educação.

Nota-se que, apesar da existência de uma legislação que protege o património cultural em Moçambique, ainda assim o património continua em risco de destruição ou mesmo destruído como é o caso recente da Casa Centenária em Maputo. Estes actos mostram que não é por se legislar que os problemas da degradação do património ficam resolvidos, a gestão destes bens necessita de outras componentes. Entretanto, face a esta situação penso eu que a legislação deveria estar sempre associada à uma estratégia de divulgação que envolve a população no uso e conservação do património, a custódia tradicional (Jopela 2006, 2014).

Partindo do princípio de que ninguém pode valorizar o que não conhece (Muocha 2014), pretendo apresentar neste capítulo, propostas de uso compatível e sustentável deste património, acreditando que assim será possível aproxima-lo das pessoas que usarão o património para diferentes actividades sociais. Assim, as comunidades podem tirar vantagens do seu património

para a melhoria das suas condições de vida através da venda de produtos de gastronomias, artesanatos etc. (Macamo & Ekblom 2005).

Nas pesquisas acerca do património cultural, nota-se que vários autores analisam e defendem a aplicação de uma educação patrimonial para a recuperação nas sociedades do que podemos chamar de uma autoestima cultural. Uns defendem que o património é vandalizado porque as pessoas não estão inteiradas ou não vêm a sua pertinência no seio da comunidade, nestas situações como afirma (Faria & Woortman 2009:3), a educação patrimonial pode servir para diminuir estes impactos negativos de certos problemas sociais locais, que trazem como consequências a degradação do património histórico-cultural [...] sendo essa uma das formas de alertar aos jovens e á sociedade, em geral, acerca dos seus direitos e deveres como cidadãos através do património local.

De facto, pude constatar durante a fase de entrevistas, com os jovens que tive a oportunidade de conversar no bairro Josina Machel, na Cidade de Tete o seguinte: para a maioria dos jovens dos 17 aos 22 não vêm a pertinência do Monumento de Dom Luiz no seio da comunidade, porque segundo eles, para além de contribuir de forma significativa para a criminalidade no bairro, é uma obra de colonizadores que diferentemente de figuras como Samora Machel ou Eduardo Mondlane, que lutaram pelo País, o resto dos monumentos deveriam ser destruídos porque irão trazer más lembranças e poderão consequentemente provocar baixa auto estima nas pessoas. Tal como referem umas das minhas entrevistadas, num argumento que considere importante para constar neste presente trabalho, Duânia (21 anos):

“Eu, na minha opinião, não acho que aquilo seja tão importante, porque olha eu estudei acerca do que os colonos fizeram no nosso País, e para falar a verdade não vejo porque deveria-se gastar tempo em tentar conservar, ao em vez de usar esse, não sei se é dinheiro ou o que, para fazer uma outra coisa que seja benéfica para a comunidade”.

A maior parte das minhas entrevistas foram direcionadas na sua maioria a jovens entre os 17 aos 22 anos, baseando-me no princípio de que os jovens são o futuro de uma Nação, e se pretendemos obter o sucesso no que tange a conservação da nossa identidade histórico-cultural através destes elementos do património cultural e ou qualquer outra actividade, é preciso que os

jovens cresçam com este espírito de preservação dentro da sua mente. E não só, porque nesta idade eles já sabem identificar o bem e o mal e ou, o que é importante para o seu dia-a-dia como cidadãos através da bagagem académica que carregam. Entretanto pessoas com idades superiores não foram excluídas simplesmente foram entrevistadas em pequeno número.

Portanto, pude através das entrevistas notar a falta que a educação patrimonial faz no que respeita a gestão do património, adicionado a este factor, está a questão das vantagens ou aquilo que (Macamo & Ekblom 2005) chamam de sustentabilidade do património. Isto porque em todas as entrevistas nunca faltava a questão de, o que teremos em troca preservando ou protegendo este monumento da destruição? Tal é a preocupação do tema a seguir.

4.3 SUSTENTABILIDADE

Como já referido numa das passagens do subcapítulo anterior, é importante termos a legislação para que se possa ter limites de intervenção no património e ao mesmo tempo a sua protecção, mas só a legislação por si não basta. Teríamos que explicar porque tais bens estão sob a protecção da legislação, daí que foi necessária a educação patrimonial, para instruir as comunidades ou as pessoas que partilham o seu dia-a-dia com o património a pertinência do património cultural para cada individuo como membro de uma sociedade e para a sociedade inteira. Com as duas componentes apresentadas acima, já temos meio caminho andado para a longevidade do nosso património, mas o outro problema é que não basta protegemos e explicarmos os motivos desta protecção, o que falta são as vantagens que as pessoas terão protegendo ou conservando estes bens. Tais são os principais pontos deste tema.

Sabendo do estágio financeiro actual da nossa sociedade, acho pertinente que a gestão do património esteja acompanhada com a questão da sustentabilidade do património tal como refere (Macamo & Ekblom 2005). A questão da sustentabilidade patrimonial é importante na minha opinião, porque numa sociedade em que nos encontramos, onde a maior preocupação da comunidade é a procura de fontes ou formas de sobrevivência o património deve ser fonte de rendimento ou que gera emprego para a sociedade local.

Refiro-me no parágrafo anterior, em encontrar uma utilidade para os bens patrimoniais, isto servirá de motivação para o nosso principal objectivo que é a preservação do património. Por exemplo, apesar da vasta gama do património cultural que a Província de Tete ostenta, não possui sequer um museu onde se possa guardar informações acerca deste vasto património, ou mesmo pelo menos uma feira de arte, para a venda de objectos de artesanato manufacturados nesta província, que de alguma forma colocam o turista em contacto com a história, e com as identidades culturais assim como os bens patrimoniais das comunidades visitadas (Filipe 2014).

Para quem já foi à Cidade de Tete, por exemplo, é possível se deparar em muitos cantos da cidade com artistas a venderem suas obras nos passeios, desde quadros, esculturas entre outros objectos ornamentais, mas existem monumentos ou sítios do património cultural bem localizados e que no lugar de deixa-los em degradação como estão, poderiam ser aproveitados para novas funcionalidades o que seria uma saída melhor na minha opinião em relação a perda destes espaços e a sua história devido à sua degradação, que é o actual estágio.

Tirando o centro de interpretação “*Embondeiro*” construído sob a estátua do Presidente Samora Machel em Tete que já é um bom exemplo desde já, penso eu que esta Província é rica o suficiente a nível cultural para merecer pelo menos uma Casa da sua história, um museu, outras palavras, como lugar onde possam expor ou guardar objectos culturais e históricos daquela Província.

4.4 PROPOSTAS DE USO COMPATÍVEL

Como já me referia anteriormente, a maior preocupação neste capítulo é encontrar uma utilidade para o património cultural. Acreditando que quando os bens patrimoniais forem usados ou ocupados para alguma actividade que permita a participação da comunidade e conseqüentemente o autossustento do próprio bem, poderá despertar gradualmente o espírito e ou a vontade de conservação por parte das comunidades ao redor por causa dos serviços a serem prestados pelo monumento que acredito que estarão a beneficiar de forma positiva a comunidade local.

A ideia de encontrar uma utilidade para este património parte do pressuposto de que, ninguém muitas vezes trata com respeito ou protege aquilo que não lhe identifica ou mesmo que saiba que no final não terá nada em retorno. Acredito que o nosso turismo só vai em frente ou poderá aumentar as receitas se podermos criar respeito primeiro entre nós e o nosso património e depois segue-se o visitante. Porque se nós, os donos não temos o devido respeito para com o nosso património, não tem como o turista respeitar, por isso em muitos casos nos deparamos com casos de sítios que em outros países a visita ou a entrada para aquele local é preciso pagar algum valor monetário, Em Moçambique é completamente diferente, os poucos sítios que se paga ou os valores são baixos ou então existem dias que as pessoas podem entrar de graça. Um facto real que segundo os moradores da cidade de Tete acontece, como nas palavras do, *Sr. Osório de 60 anos, quando afirmou que: “vejo algumas vezes cidadãos estrangeiros que chegam aqui em frente à fortaleza, pensando que tem alguma coisa, mas quando espreitam dentro tudo que fazem é tirar fotografias da entrada e depois vão embora”.*

Entretanto tive também neste período entrevistas com os técnicos do património cultural na Cidade de Tete, e tive informações de que já foram anteriormente efectuadas propostas de reabilitação por exemplo do Forte de Dom Luiz, tanto enviadas ao governo assim como para instituições privadas e nunca chegaram a ter resultados satisfatórios.

Pude constatar dois principais problemas que na minha opinião podem ter influenciado para a não concretização dos objectivos traçados para com este património que são:

1º Necessitam grandes somas de dinheiro, num investimento que não poderá trazer ganhos imediatos, o que desmoralizava de antemão os investidores privados.

2º Fraca actuação ou envolvimento do Conselho Municipal, como entidade máxima na Cidade de Tete. Tive informações por exemplo ao problema de os artistas na cidade de Tete estarem a vender as suas obras de forma irregular, sem um local exacto de venda, serem “ambulantes”. Que já houve antes tentativas de alocar os artistas num único local onde possam expor e vender as suas obras sem que estejam espalhados por toda a cidade, mas a ideia foi um fracasso porque segundo o meu entrevistado os artistas simplesmente não aceitaram.

Na minha opinião é nessa ocasião que tinha que se fazer sentir a supremacia do Conselho Municipal, em coordenação com a Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Tete, como a autoridade competente naquela cidade. Parece pouco, mais as consequências deste acto são muitas, porque para além de haver uma desordem na cidade, isso acaba atingindo de forma negativa o próprio turismo da cidade.

Porque, imaginemos se os artistas pudessem ser alocados num local como Dom Luiz, os fundos necessários para a limpeza do local, seriam inferiores aos dos projectos anteriores de construção por exemplo de um Centro Cultural, que necessita muitos custos e também ao mesmo tempo acabaria por alterar de forma significativa a aparência física do próprio monumento. Enquanto se fosse ocupado este monumento por exemplo para actividade culturais, tal como uma feira de arte que em Tete não existe, necessitaria apenas de sanitários, e a limpeza do local, e em troca seria um importante passo para o desenvolvimento do turismo local visto que para além de se expor obras de artistas locais, estaria ao mesmo tempo fazendo propaganda do próprio forte de Dom Luiz, que é muito pouco conhecido, entre outras actividades. A ideia é através do pouco que possuímos alcançar grande objectivos, isso servira de motivação aos patrocinadores, para que a posterior seja fácil conseguirmos apoio seja do privado ou estatal.

4.5. HOMENAGEM AOS HERÓIS NACIONAIS, NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PATRIÓTICA: MONUMENTO SAMORA MACHEL

Características. Este monumento localiza-se no centro de Moçambique, na cidade de Tete, Província do mesmo nome, entre a Ponte Samora Moisés Machel e a Praça da Independência. Erguido em homenagem a Samora Machel o fundador do Estado Moçambicano, proclamador da Independência de Moçambique, em 25 de Junho de 1975 este monumento foi erguido no âmbito do programa de homenagem aos heróis da Luta de Libertação Nacional. A planta do monumento foi concebida pelo arquitecto Marinho Ruben Soberano, da DPEC de Tete, e a estátua foi concebida pelo artista Moçambicano, Hilário Nhatugueja.

Baseando-se nas categorias definidas pela Lei 10/88 de 22 de Dezembro, esta estrutura é igualmente enquadrada na categoria de monumentos. Encontra-se actualmente num bom estado de conservação, graças às suas actuais funções, como centro de interpretação.

O Centro de Interpretação do monumento de Samora Machel, irá retratar a história de Moçambique desde a luta de resistência, ocupação colonial, luta de Libertação e Independência Nacional. Pretende-se também enquadrar o monumento no contexto arqueológico e histórico do Vale do Zambeze e da cidade de Tete, em particular, colocando de antemão este monumento importante sob ponto de vista social (Macamo 2015). Irá oferecer serviços educativos para as escolas e turistas, no geral, para fins didácticos e de entretenimento.

Conservação. Tal como referi, este monumento encontra-se num bom estado de conservação, por ser um centro de interpretação. Mas, como refere (Jopela 2012), a deterioração dos bens do património é um processo natural irreversível, que pode ser retardado ou minimizado, mas que não se pode evitar. Por isso a conservação deste monumento tem sido comprometida devido a vários factores que são:

Os factores humanos e factores naturais:

1. Factores Naturais. São eles, a chuva que tem influenciado na alteração da cor da estátua, acção das aves, entre outros. Porém, factor é discutível, dado que as estátuas são feitas para resistir aos factores naturais como estes (Macamo com. pessoal).
2. Factores humanos. Os próprios visitantes que ao tirarem fotografias tendem a tocar na estrutura, a poeira levantada pelos carros e pelas pessoas visto que funcionava como terminal de transportes.



*Figura 8. Alteração da cor e manchas causadas pela acção das de aves e da chuva.
Foto: Fernando Chissale.*

Devido às suas funções, este monumento está actualmente em boas condições de conservação, sendo assim os níveis de intervenção requeridos para a conservação deste monumento são; a manutenção, preservação e, conservação.

Sustentabilidade. Este monumento, entrando nos roteiros turísticos pode servir de fonte de geração de emprego e receitas.

Educação Patriótica. O monumento em homenagem ao Presidente Samora Moisés Machel possui um grande significado cultural, visto que a figura de Samora Machel, é indispensável no que diz respeito à identidade cultural e à memória colectiva dos moçambicanos, na medida em que ele foi o fundador do primeiro Estado Moçambicano. Ao proclamar a Independência Nacional, o Presidente Samora Moisés Machel abriu uma nova página na história de Moçambique e o Monumento em sua homenagem possui um grande valor simbólico, devendo ser usado na educação patriótica, sobre o respeito pela Pátria, visando a consolidação da Unidade Nacional, factor essencial para o desenvolvimento socioeconómico do país.

CONCLUSÃO

Apesar de a legislação determinar como património cultural dos Moçambicanos todo o tipo de bens herdados, sejam eles criados ou integrados pelo povo Moçambicano (Lei 10/88 de 22 de dezembro), pude notar uma tendência na cidade de Tete, em excluir um património em relação ao outro por parte das partes interessadas no património cultural, que é a comunidade e os técnicos responsáveis pelo património cultural na cidade de Tete. Este fenómeno incentivou-me na definição da finalidade deste estudo, que é, contribuir através do significado cultural destes patrimónios, para fortalecer a identidade cultural e despertar o interesse pela preservação do património de forma equitativa independentemente dos seus períodos de surgimento e dos seus percursos (Resolução nº. 12/2010, de 2 de Junho).

Pretendi através deste projecto mostrar que o património cultural representa as diferentes fases da nossa história, desde o período pré-colonial, quer através da arqueologia como da história, passando pelo período colonial até ao pós-colonial, é importante, pela sua história e a memória colectiva dos Moçambicanos. Por essa razão, há necessidade de se valorizar o património independentemente do período histórico, para que não haja um salto nos “degraus” da história do povo Moçambicano.

A minha contribuição é através dos mecanismos já existentes no sistema de gestão actual, acrescentar alguns aspectos que na minha opinião podem ser importantes para a questão em causa, que é a diferença na recepção do património cultural, por parte das comunidades em Tete. A proposta é que haja uma aliança entre a legislação e as componentes de disseminação, protecção, e conservação do património, que são a educação patrimonial, usos compatíveis e a sustentabilidade, nomeadamente, pela via do turismo cultural.

Ao encontrarmos uma utilidade para o património, como é o caso do Forte de Dom Luiz, não só estaremos a diminuir os problemas de vandalização do património, por algumas pessoas da sociedade, mas também estaremos a contribuir para o conhecimento da nossa história assim

como para o desenvolvimento do turismo cultural, como fonte que pode gerar emprego e receitas.

A valorização dos Heróis Nacionais, é uma medida eficaz, para consolidação Nacional, exemplificada através do Monumento em homenagem ao Presidente Samora Moisés Machel, na província de Tete. Luiz e de Samora Machel.

Como perspectiva, deverá ser estudado e proposto um roteiro turístico do património cultural de Tete, incluindo os monumentos pré-coloniais, coloniais, da Luta de Libertação Nacional e da Independência

BIBLIOGRAFIA

ADAMOWICZ, L. 1984. *Alguns aspectos sobre as pinturas rupestres na Província de Nampula*. In: Textos para debate, 5, DAA/UEM.

BOLETIM OFICIAL DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE Nº 8 (I), DE 20 DE FEVEREIRO. 1943. Diploma legislativo nº 825, que instituiu a Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique.

CHIRIKURE S. 2013. *Heritage conservation in Africa: The good, the bad, and the challenges*. South African Journal of Science. University of Cape Town: Department of Archaeology. pp. 1-3.

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA. 1980. *Arqueologia e conhecimento do passado*. Trabalhos de Arqueologia e Antropologia, Nº1. Maputo: 1-10.

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA. 1988. *Arqueologia e conhecimento do passado*. Trabalhos de Arqueologia e Antropologia, Nº 5. Maputo.

CHOAY, F. 2006. *A Alegoria do Património*. São Paulo: Estação Liberdade.

DE FARIA, N. D. M & WOORTMANN, E. F. 2009. *Educação patrimonial como elemento de socialização para jovens em situação de risco*. Rev. Hospitalidade. São Paulo: Universidade de Brasília. Vol. 5(2). Pp. 49-72.

DOS SANTOS, J. R. (JR). 1938a. *Pinturas rupestres de Chifumbazi*. Moçambique: documentário Trimestral. XIII: 5-19.

_____. 1938b. *Relatório da Missão Antropológica a África do Sul e a Moçambique. 1ª Campanha de trabalhos (1936)*. Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. VIII:257-308.

_____. 1940a. *Missão Antropológica de Moçambique, 2ª campanha Agosto de 1937 a Janeiro de 1938*. Lisboa: Agencia das colonias.

_____. 1940b. *Pré-história de Moçambique*. Congressos do Mundo Português. I:307-56.

_____. 1941. *On the pre history of Mozambique*. Moçambique/ Documentário Trimestral. XXVIII. 23-75.

_____. 1955. *Les peintures rupestres de Moçambique*. Inl. Balout(ed). *Actes du II congrès Panafricain de Pre-histoire*, Paris: Arts et Metiers Graphiques.

_____. 1961. *Pré-história de Moçambique: o que esta feito, o que pode, e deve fazer-se*, congresso nacional de Arqueologia, I: 449-60.

DOS SANTOS, S.S.C. & MELO E SOUZA, R. 2011. *Educação Ambiental e Patrimonial: significados de uma ação educativa construídos na experiencia museológica*.UFS. pág. 2-20. Vol. 16(1). Pp. 2-25.

FILIFE, K. 2014. O Turismo Cultural no Contexto da Gestão do Património Cultural: in *Manual da conservação do Património Cultural imóvel em Moçambique (Kátia Filife, coord)*, Maputo: Ministério da Cultura, Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC).

FUNARI, P.P.A. 2001. *Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil*. Rev. De Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto. Pp. 23-32.

HAMPTON, M.P. 2004. *Heritage, Local Communities and Economic Development*. *Journal of annals*. Elsevier eds. University of Kent. Vol. 32, No. 3, pp. 735–759,

JOPELA, A. 2006. *Custódia Tradicional do Património Arqueológico na Província de Manica: experiências e práticas sobre as pinturas rupestres no distrito de Manica, 1943-2005*. Dissertação de Licenciatura. Maputo: Departamento de História – UEM.

_____. 2014. Os Constrangimentos que afectam o Património Cultural Imóvel: In *Manual da conservação do Património Cultural imóvel em Moçambique (Albino Jopela, coord)*. Maputo: Ministério da Cultura, Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC).

_____. 2014. Custódia tradicional do Património Cultural Imóvel. In *Manual da conservação do Património Cultural imóvel em Moçambique (Albino Jopela, coord)*. Maputo: Ministério da Cultura, Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC).

ISAACMAN, A. F. 1979. *A Tradição da resistência em Moçambique: o vale do Zambeze, 1850-1921*. Porto: Afrontamento.

ICOMOS CHARTER. 2003. *Principles for the Analysis, Conservation and Structural Restoration of Architectural Heritage*. S/d. pp. 3-4.

LEI Nº 10/88 DE 22 DE DEZEMBRO, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. *Boletim da República* nº 51 (I).

LIESEGANG, G. 1970. *Nguni Migration between Delagoa Bay and The Zambesi 1821-1839*. African Historical studies, Vol. 3. Pp. 317-337.

MACAMO, S. (COORD.) 2003a. *Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios*. Maputo: Ministério da Cultura, Direcção Nacional do Património Cultural. S/ed. Pp. 60-66.

_____. 2003b. *Dicionário de Arqueologia e Património Cultural de Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultural e UNESCO.

_____. 2006. *Privileged Places in South Central Mozambique: The Archaeology of Manyikeni, Niamara, Songo and Degue-Mufa*. Tese de Doutoramento. *Studies in Global Archaeology* 4. Uppsala: University of Uppsala.

_____. 2014. *A transformação de lugares em cidades no Vale do Zambeze, Moçambique* (Texto de Apoio não publicado). Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Arqueologia e Antropologia

_____.(coord.) 2015. *Monumento e Centro de Interpretação Samora Machel, na Cidade de Tete* (Trabalho não publicado). Maputo: Ministério da Cultura e Turismo, Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC)

_____. & EKBLÖM, A. 2005. “*Projectos SAREC e a participação das Comunidades locais na pesquisa arqueológica*”: O caso do distrito de Vilankulo (Coord. Benigna Zimba e José P. Casiano). Maputo. Maputo, UEM: 125-138.

_____. & DUARTE R.T.1996. Oral tradition and Songo Ruins. In: *Aspects of African Archaeology: papers from the 10th Congress of the Pan African Association for Prehistory and Related Studies*, Pwiti, G. & Soper, R. (eds), 561–3. Harare: University of Zimbabwe Publications.

- _____. & MADIQUIDA, H. 2004. An archaeological investigation of the western and eastern Zambezi River Basin, Mozambique. In: *The African Archaeology Network: reports and review* (Studies in the African Past 4), Chami F., G. Pwiti & C. Radimilahy), 109–24.
- MASON, R. 1988. *Economics and Heritage Conservation: Concepts, Values, and Agendas for Research*. Los Angeles: Getty Conservation Institute. S/ed. Pp. 8-57.
- MONTEZ, C. C. 1970. *Apontamentos para o Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses. Praça de São Tiago Maior; Forte de São Tiago Maior*. Monumenta 6. Pp 67-73.
- MONTEZ, C., C. 1970. *Apontamentos para o Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*. Forte de Dom Luíz. Pp 77-82.
- MUIANGA, D. 2013. *Rock Art and Ancient Material Culture of Cahora Bassa Dam, Tete Province, Mozambique*. Dissertação de Mestrado. Johannesburg: Faculty of Humanities-University of the Witwatersrand.
- MUOCHA, M. 2014. A Educação Patrimonial no Contexto da Gestão Do Património Cultural Imóvel: In *Manual da conservação do Património Cultural imóvel em Moçambique (Matilde Muocha, coord)*. Maputo: Ministério da Cultura, Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC).
- NETTO, C.A. 2008. *Preservação do Património Arqueológico – reflexões através do registo e transferência da informação*. Núcleo de documentação e informação histórica regional da Universidade Federal de Paraíba-Brasília, 37: 7-17.
- NEWITT, M. 1995. *História de Moçambique*. s/ed. Pp 79,132 e 203.
- NOGUEIRA DA COSTA, A. 1982. *O caso do Muenemutapa*. Maputo: Caderno Tempos.
- PÉLISSIER, R. 2000. História de Moçambique: Formação e Oposição 1854-1918. Editorial Estampa Lda. 3ª ed. Lisboa: Vol. 1. Pág. 80-81.
- RAMOS, M. & M. C. RODRIGUES 1978. *Nota acerca de achados de cerâmica chinesa no Zumbo (Moçambique)*. Leba 1, 59–66.
- RESOLUÇÃO Nº 12/2010 DE 2 DE JUNHO, que aprova a Política de Monumentos. *Boletim da República* nº 22 (I).

SILIYA, C.J. 1996. *Ensaio sobre a cultura em Moçambique*. Maputo: Cooperação Suíça em Moçambique.

UNESCO. 2002. *Cultural Landscapes: the Challenges of Conservation*. Ferrara. S/ed. Pp. 134-144.

VAN DUN, P. & DOCTER, R. S/d. *The Urban Heritage as Cultural, Social and Economic Asset*. S/d. 1-21.pp. 3-21.

WORTHING, D. & BOND, S. 2008. *Managing Built Heritage: The Role of Cultural Significance*. London: Blackwell editions. Pp. 129-135.

WALDERHAUG SAETERSDAL, E. 2000. *Ethics, politics and practices in rock-art conservation*. *Public Archaeology* 1 (3): 163-180.

TRABALHOS DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA. 1988. *Investigação Arqueológica em Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane: Dept. de Arqueologia e Antropologia. Vol. N° 5.

THEAL, G. M.1964. *Records of south-eastern Africa*. Volume III. Cape Town: C. Struik (Pty.) Ltd.